

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

LUCCA SIMEONI PAVAN

(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-32-1 DOI 10.22533/at.ed.321181109 1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
CAPÍTULO 2	20
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
CAPÍTULO 3	40
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
CAPÍTULO 4	59
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
CAPÍTULO 5	76
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
CAPÍTULO 6	98
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
CAPÍTULO 7	119
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
CAPÍTULO 8	135
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

CAPÍTULO 9	151
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i> <i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
CAPÍTULO 10	173
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i> <i>José Carlos Marcos</i> <i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
CAPÍTULO 11	190
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
CAPÍTULO 12	213
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i> <i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
CAPÍTULO 13	228
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i> <i>Maicker Leite Bartz</i> <i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
CAPÍTULO 14	240
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
CAPÍTULO 15	253
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
CAPÍTULO 16	268
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i> <i>Joel Haroldo Baade</i> <i>Rodrigo Regert</i> <i>Adécio Machado dos Santos</i>	
CAPÍTULO 17	282
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i> <i>Soraia Santos da Silva</i>	

CAPÍTULO 18	294
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
CAPÍTULO 19	301
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
CAPÍTULO 20	323
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
CAPÍTULO 21	339
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
CAPÍTULO 22	362
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
CAPÍTULO 23	382
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	422

INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015

Kassia Larissa Abrantes Alves

Graduanda em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG)

Campina Grande-PB

Soraia Santos Da Silva

Professora Dr^a do Curso de Ciências Econômicas
pela Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG)

Campina Grande-PB

RESUMO: A Região Nordeste do Brasil vem se destacando no cenário nacional nos últimos anos devido ao avanço econômico acelerado bem acima da média do país. Em 2010, o Nordeste teve uma participação de 13,46% no PIB nacional e, em 2013, a sua participação atingiu 13,55% do PIB nacional, alcançando o maior percentual desde 1995. Com base no desempenho e evolução da região a pesquisa tem por objetivo principal investigar a relação comercial da Região Nordeste no comércio internacional no período de 2000 e 2015, por meio da identificação do padrão de especialização. A investigação teve como ponto de partida a análise da participação de todos os estados do Nordeste, como também a participação da região sobre o balanço comercial do Brasil. A metodologia da pesquisa compreende uma análise descritiva e estatística do volume de comércio internacional e dos

produtos transacionados de forma a avaliar a participação de todos os estados nordestinos nas relações comerciais da Região com o exterior. E dos principais resultados obtidos temos que a Bahia apresenta a maior participação nas relações comerciais do Nordeste, seguido do Estado do Maranhão. Da pauta exportadora os principais produtos são predominantemente agrícolas e produtos agroindustriais, enquanto a pauta importadora corresponde a produtos de matriz energética e derivados do petróleo.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Internacional. Região Nordeste. Padrão de Especialização. Exportação. Importação.

1 | INTRODUÇÃO

A Região Nordeste do Brasil vem se destacando no cenário nacional nos últimos anos devido ao avanço econômico acelerado bem acima da média do país. Alguns indicadores mostram que houve um aumento na participação da região no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, uma elevação do PIB per capita e um incremento no volume de investimento direcionados para os estados nordestinos.

Em 2010, o Nordeste teve uma participação de 13,46% no PIB nacional e, em 2013, a sua participação atingiu 13,55% do PIB nacional,

alcançando o maior percentual da série histórica iniciada em 1995, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Entre 2002 e 2010, o PIB da Região Nordeste passou de R\$191,5 bilhões para R\$ 507,5 bilhões, ou seja, um crescimento de 165%, ficando atrás apenas da expansão das regiões Norte e Centro-Oeste. O Nordeste registrou ainda a maior taxa média anual de crescimento do PIB per capita de 3,13% entre 2000 e 2010. Nesse mesmo período, o PIB per capita brasileiro se elevou a uma taxa média anual de 2,22% e, a Região Sudeste, que é a região mais rica do país, cresceu à taxa média de 1,81%.

Conforme Nogueira et al. (2012), em termos dos estados no Nordeste, a Bahia é o estado que apresenta a maior participação na produção interna do país (30,41%), seguido de Pernambuco (18,76%), Ceará (15,34%), Maranhão (8,92%), Rio Grande do Norte (6,37%) e Paraíba (6,29%) em 2010. A taxa de crescimento médio entre 2000 e 2010 do Nordeste foi de 3,97%, acima do Brasil, que foi de 3,61%. O Maranhão foi o estado que apresentou o maior crescimento médio, seguido do Piauí com 4,71% e o estado da Paraíba com 4,36%.

As transações comerciais da Região Nordeste com o resto do mundo mostraram um crescimento contínuo a partir de 2000, tanto em termos das exportações quanto em termos das importações. Comparando 2000 e 2015, as exportações totais da região apresentaram um crescimento elevado, saindo de US\$4,03 bilhões e chegando a US\$14,7 bilhões, respectivamente. Também, as importações totais da região mostraram um crescimento bastante acentuado, passando de US\$ 4,8 bilhões em 2000 para US\$ 21,4 bilhões em 2015. Vale ressaltar que as exportações apresentaram uma queda contínua nos seus valores a partir de 2011. Já, as importações apresentaram um decréscimo a partir de 2014. A corrente de comércio mostrou uma intensificação das relações comerciais do Nordeste com o resto do mundo, porém apresentando um déficit contínuo no saldo da balança comercial a partir de 2010.

Segundo Salvatore (2007), o comércio internacional pode contribuir significativamente para o processo de desenvolvimento de uma nação, seja por meio dos benefícios advindos da vantagem comparativa, ou seja, por meio do escoamento do excedente de produção, expansão do mercado, transmissão de novas ideias, tecnologias, novas maneiras de administrar, importação de poupança externa para investimentos domésticos ou com finalidade para atingir outros objetivos internos como, por exemplo, estabilidade da inflação.

O trabalho está dividido além dessa introdução em mais cinco seções, na segunda seção temos uma breve revisão da literatura sobre as principais teorias do comércio internacional, pois se torna necessário entender o porquê as nações comercializam entre si e quais efeitos são resultados dessa relação entre as nações. Na terceira analisaremos o desempenho da balança comercial do Nordeste e a participação de todos os estados nordestinos de forma sucinta na integração comercial da região. Na quarta apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, que possui caráter descritivo e estatístico, com base no levantamento, organização, análise e interpretação das

informações obtidas por fontes secundárias. Na seção seguinte apresentamos a análise do comportamento da balança comercial paraibana, os principais produtos comercializados e os parceiros comerciais do estado. Por fim, as conclusões.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teorias do Comércio Internacional

A economia internacional passou a ser tratada sistematicamente entre os séculos XVIII e XIX, objetivando explicar as relações comerciais entre os países. Ela analisa o fluxo de bens, serviços e pagamentos entre uma nação e o resto do mundo. Em geral, o princípio das teorias baseia-se no fato que as nações realizam trocas porque podem obter vantagens comerciais. Salvatore (2007) coloca que o livre comércio permite que os recursos mundiais sejam utilizados de forma mais eficiente e, portanto, maximizando o bem estar mundial.

O livre comércio é um mecanismo capaz de promover o aumento da produção por meio da especialização e, com as trocas, aumentar o consumo e, conseqüentemente, o bem estar das populações dos países. Adam Smith (1996) foi o primeiro a fornecer uma visão sistemática sobre o comércio entre países. As ideias de Adam Smith (1996) eram uma crítica à visão mercantilista sobre o comércio internacional como fonte de acumulação de ouro e prata e, portanto, de poder. O Mercantilismo era uma corrente de pensamento protecionista pois estimulava as exportações e desestimulava as importações, quando se entendia que a obtenção de superávits comerciais estava associada a uma maior riqueza. Adam Smith era um defensor do livre comércio por acreditar que a livre circulação de mercadorias sem a intervenção governamental expandiria a fronteira de consumo dos países além de sua capacidade produtiva.

A Teoria das Vantagens Absolutas (TVA) de Adam Smith argumenta que cada nação poderia se especializar na produção de mercadorias, que detém maior eficiência relativamente as demais nações. Ou seja, os países deveriam produzir as mercadorias, que possuem uma vantagem absoluta, e importar as mercadorias, que produz com uma menor produtividade. Dessa maneira, essa especialização na produção permitiria um aumento tanto na produção como no consumo das nações. Conforme Carvalho e Silva (2007), o foco da crítica de Adam Smith é que a riqueza de uma nação pode ser mais adequadamente medida por meio de uma maior produção e consumo de sua população.

Entretanto, as ideias de Adam Smith conseguiam explicar apenas as possibilidades de comércio quando um país produzia com menor custo absoluto determinado bem, excluindo um conjunto de países dos benefícios da especialização e da troca na ausência de vantagem em termos absolutos. A Teoria das Vantagens Comparativas (TVC) de David Ricardo destaca que mesmo um país sendo menos eficiente na produção de mercadorias do que outro país, ainda assim existirá uma oportunidade

de comércio que seja mutuamente benéfico para os dois (Salvatore, 2007). Em outras palavras, não se deve apenas concentrar esforços na produção do bem que consegue produzir com custo absoluto baixo e, sim, no bem que consegue produzir em melhores condições comparativas com outras nações, pois existem diferenças entre países relativos aos recursos produtivos e as tecnologias disponíveis.

Portanto, se supusermos que existem dois países W e B, onde W produz a mercadoria M com menor custo relativo a B e o país B produz a mercadoria X com menor custo relativo que W, então, esses países poderão se especializar na produção dessas respectivas mercadorias, que apresentam vantagem comparativa. Dessa maneira, ao comparar o preço relativo doméstico com o termo de troca, essas economias irão comercializar entre si, com o país W exportando o excedente de produção de M para o país B e o país B exportando o excedente de produção de X para a economia W (CARVALHO E SILVA, 2007).

Entretanto, é o modelo das Dotações dos Fatores de Heckscher-Ohlin que explicam as diferenças das produtividades entre os países e, portanto, a origem das vantagens comparativas. A teoria de Heckscher-Ohlin coloca que cada país se especializa e exporta o bem que requer a utilização mais intensiva do seu fator de produção abundante. Porém, Baumann et al. (2004) argumenta que esse teorema apresenta uma limitação por não considerar que existem mais produtos do que países e, com isso, torna-se indeterminada a estrutura produtiva de cada país.

Paul Samuelson (1975) argumenta que cada país possui quantidades diferentes de recursos naturais, de bens de capital, de mão-de-obra e de conhecimento técnico. A partir dessa diferença surgiu a primeira relação da cadeia de comércio, que Samuelson denomina de “cadeia de raciocínio relativa ao custo comparativo”, ou seja, é a diferença entre os países e suas diversas condições de produção que os possibilitam manter as relações comerciais de troca de mercadorias. Além disso, o autor mostra que os custos decrescentes devido ao aumento na produção e as diferenças nas preferências e procura são também fatores que explicam a origem do comércio entre nações. Para Samuelson, as nações se especializam na produção do bem que possuem vantagem comparativa e importam os bens que possuem desvantagem comparativa.

Apesar de todos os argumentos a favor do livre comércio, o que se observa na realidade da condução de políticas do setor externo, é a aplicação de políticas comerciais voltadas à proteção do mercado interno. Essas restrições comerciais geralmente são reivindicadas por uma minoria de produtores nacionais que se beneficiam de um amplo mercado consumidor e buscam vantagens para si próprio (Salvatore, 2007). Porém, os países usam vários mecanismos com a finalidade de proteger o mercado interno, que dificultam o acesso de mercadorias importadas e adotam várias regras e acordos para evitar que um governo individual busque seu benefício próprio. Esses mecanismos são denominados como barreiras tarifárias e não-tarifárias. As restrições tarifárias são as políticas comerciais que estabelecem impostos ou tarifas¹ sobre as importações.

1 Conforme Salvatore (2007), as tarifas podem ser adicionadas tanto nos produtos importados como

Já, as restrições não tarifárias (BNT'S) abrangem as quotas, os subsídios, restrições voluntárias à exportação e regulamentações técnicas, administrativas, sanitários, ambientais e afins (Brum et al., 2013). Por fim, Salvatore (2007) detalha as BNT'S como regulamentações sobre segurança para automóveis e equipamentos elétricos, sobre a saúde para produção e embalagem higiênica de produtos alimentícios e sobre rótulos para conter as origens e conteúdo. Adverte que várias regulamentações têm fim legítimos, mas algumas delas representam meios para disfarçar a implementação de restrições sobre o fluxo de comércio.

2.2. O Nordeste e o Comércio Internacional

Diversos pesquisadores trabalharam de maneiras distintas a cerca da inserção comercial do Nordeste com o resto do mundo. Esta seção busca resgatar um pouco sobre alguns dos trabalhos já existentes e os resultados obtidos através destes.

Sousa et al. (2015) buscou estimar qual é a atividade econômica da Região que possui maior grau de vantagem comparativa produtiva, com base na comparação de todos os Estados nordestinos, por meio da análise do indicador de IVCE (Indicador de Vantagem Comparativa Estadual) e de métodos estatísticos, comparativos e monográficos. Para a análise dos cálculos agregados por setor, organizou os setores em primário (agricultura e extrativismo mineral), secundário (indústria) e terciário (serviços). Dos resultados obtidos é notável que o Estado do Rio Grande do Norte apresenta um grau elevado de vantagem comparativa produtiva nas atividades extrativas do setor primário, no setor secundário que diz respeito a atividade industrial os Estados do Nordeste que se destacam são Pernambuco, Ceará e Bahia e por fim no setor terciário de serviços o Estado de Pernambuco apresenta maior grau de vantagem competitiva produtiva.

Coronel et al. (2014) utilizou o cálculo dos índices de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) e de Orientação Regional (IOR), para explicar o comportamento das exportações nordestinas de frutas com destino a União Europeia. O estudo trabalhou com dados entre 1999-2013 considerando as exportações do produto a nível regional e mundial e atingiu o objetivo proposto de contribuir para a compreensão dos fatores inerentes a competitividade e para a formulação de políticas econômicas que impulsionem as exportações do Nordeste, assim os resultados apresentados com a análise, indicaram que as exportações nordestinas de frutas estão orientadas para a União Europeia, com tendência crescente, e apresentam vantagens comparativas reveladas com a mesma tendência, exceto nos períodos de 2008 a 2011, devido aos efeitos da crise financeira mundial.

exportados e elas podem ser de três tipos: a) *ad valorem*, que é definida por uma taxa percentual fixada sobre cada produto; b) específica, que é um valor fixo em unidade monetária sobre cada mercadoria, e c) a tarifa composta, que é uma junção das duas tarifas anteriores, ou seja, é dotado de um imposto percentual e um valor monetário sobre cada bem comercializado.

3 | METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa compreende uma análise descritiva e estatística, tomando como base o levantamento, a organização, a análise e a interpretação de dados secundários. Inicialmente, a metodologia consistirá em uma revisão da literatura teórica sobre Economia Internacional, focando as teorias de comércio internacional. Em seguida, será feito um levantamento de informações sobre o volume de comércio internacional, os produtos transacionados e os principais parceiros comerciais de forma a avaliar a participação da Paraíba no comércio exterior e, conseqüentemente, na promoção do crescimento econômico do estado. Para a realização desse estudo, será necessária a utilização de fontes de dados, como: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos artigos científicos.

Dessa maneira, calcular-se as participações para selecionar os principais produtos, países e blocos econômicos sobre o destino das exportações e a origem das importações de Paraíba para análise do padrão de especialização da produção e da relação comercial do estado, além de identificar os principais parceiros comerciais.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Balança comercial nordestina

As transações comerciais da Região Nordeste com o resto do mundo mostraram um crescimento contínuo a partir de 2000, tanto em termos das exportações quanto em termos das importações. Comparando 2000 e 2015, as exportações totais da Região apresentaram um crescimento elevado, saindo de US\$ 4,03 bilhões e chegando a US\$14,7 bilhões, respectivamente. Também, as importações totais da Região mostraram um crescimento bastante acentuado, passando de US\$ 4,8 bilhões em 2000 para US\$ 21,4 bilhões em 2015.

Em média, as exportações do Nordeste cresceram 10,43% ao ano, apresentando um crescimento superior às exportações do país de 9,32% entre 2000 e 2015. As importações da Região cresceram 13,36% em média ao ano, enquanto as importações do país mostraram um crescimento de 8,79% em média no mesmo período. Em termos gerais, a participação do Nordeste nas exportações nacionais foi de 7,30% e 7,67% em 2000 e 2015, respectivamente, mostrando uma certa estabilidade. Já, a participação das importações da Região apresentou um certo crescimento, saindo de 8,55% em 2000 para 12,50% em 2015. A Figura 1 mostra a evolução do saldo da balança comercial da Região do Nordeste entre 2000 e 2015.

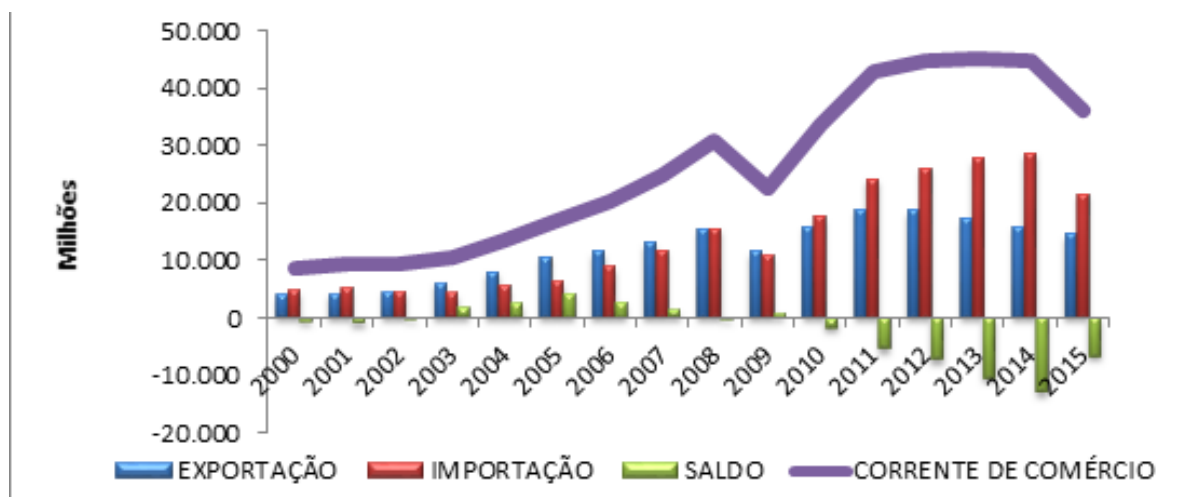


Figura 1: Balança Comercial da Região Nordeste no período de 2000 a 2015

Fonte: MDIC (2017). Nota: Elaborado pelos autores.

4.2. Inserção comercial do Nordeste: Análise da participação dos estados nordestinos no comércio internacional

Em termos da participação média no período das exportações dos estados no Nordeste, a Bahia foi o que apresentou a maior participação (55,50%), seguidos pelos estados do Maranhão (15,65%), Ceará (9,38%), Pernambuco (7,13), Alagoas (5,74%), Rio Grande do Norte (3,10%), Paraíba (1,75%), Piauí (1,08%) e, por último, o estado de Sergipe (0,66%). A Figura 2 apresenta a evolução da participação dos estados nordestinos nas exportações da região

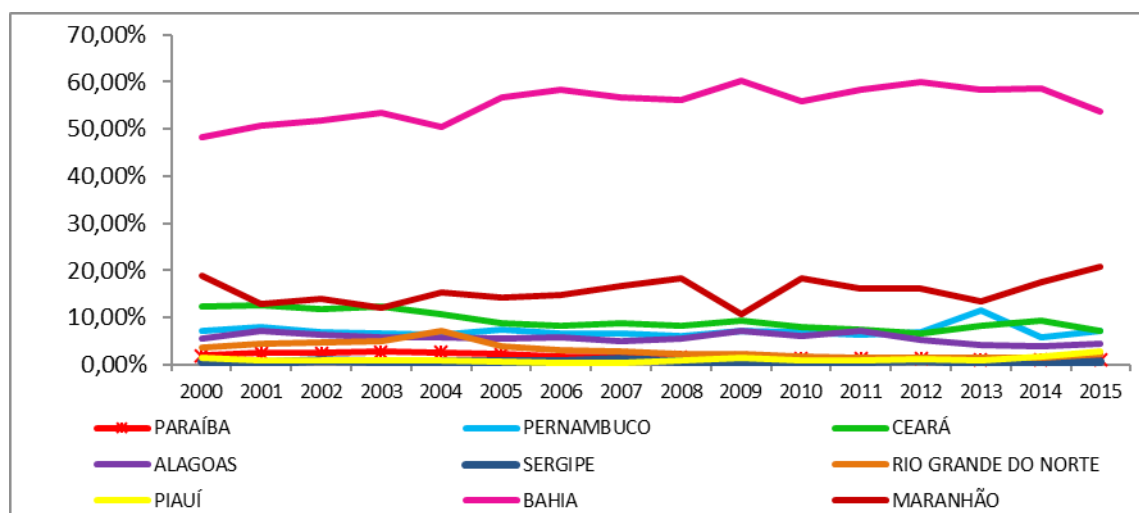


Figura 2: Participação dos estados nordestinos nas exportações da região Nordeste

Fonte: MDIC (2017). Nota: Elaborado pelos autores.

O principal produto exportado da Bahia foi a pasta química de madeira, que correspondeu a 13,44% da pauta exportadora baiana em 2015 e é o segundo produto mais exportado pela Região Nordeste com participação de 12,16% em 2015. Já, para o Maranhão, o principal produto da pauta exportadora foi a alumina calcinada, que corresponde a 45,14% da pauta, ou seja, quase metade das exportações do Maranhão

e que está presente também nas importações da Região Nordeste com participação de 7,25% para 2015.

O Piauí mostrou-se como um grande exportador de soja dentro da região, cuja participação da soja na pauta de exportação foi cerca de 71,43% em 2015. Ressalta-se que esse foi o principal produto exportado da Região Nordeste apresentando uma participação de 13,57% no mesmo ano. Apesar do estado apresentar uma participação relativamente menor, a sua pauta é concentrada na exportação do principal produto da pauta da região.

Os demais estados nordestinos possuem também uma pauta exportadora com predominância de produtos agrícolas e agroindustriais, como é o caso de Alagoas, que, em 2015, possuiu 69,79% da sua pauta de exportação constituída pela exportação de açúcares. Já, Sergipe mostrou como principais produtos exportados sucos de laranja, sucos de abacaxi e óleos de laranja, com as seguintes participações na pauta em 2015: 33,77%, 9,50% e 3,30%, respectivamente.

Os principais produtos exportados por Pernambuco foram “outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura em estado sólido”, *fuel-oil* e tereftalato de polietileno com participações 10,69%, 10,42%, 9,98% respectivamente. Para o Rio Grande do Norte, a pauta de exportação abrangeu os produtos *fuel-oil*, melões frescos e sal marinho a granel com participações de 43,52%, 41,68% e 16,49%, respectivamente.

O Ceará e a Paraíba se mostraram como grandes exportadores de calçados de borracha na região, que teve uma participação de 1,29% nas exportações do Nordeste. Em termos de competitividade regional, o Ceará apresentou uma participação de 9,40% na exportação da mercadoria “calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras”. As mercadorias “outros calçados cobrindo tornozelo com parte superior borracha/plástico” e melões frescos tiveram uma participação de 8,60% e 8,48%, respectivamente, em 2015. Já, a exportação da Paraíba mostrou-se concentrada em “calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras e etc.”, cuja participação foi 59,10%. Destaca-se ainda as exportações de outros açúcares de cana com participação de 6,90% e de “sucos (sumo) de outras frutas, não fermentado sem adição de açúcar” com participação de 6,29% em 2015.

Equivalente às importações, a classificação média do período da participação nas importações do Nordeste apresenta a Bahia (41,76%) liderando o ranking e sendo seguida pelos estados do Maranhão (19,84%), Pernambuco (18,98%), Ceará (11,69%), Paraíba (2,51%), Alagoas (1,65%), Rio Grande do Norte (1,64%), Sergipe (1,43%) e, por fim, o Piauí (0,50%). A Figura 3 apresenta a evolução da participação dos estados nordestinos nas importações da região.

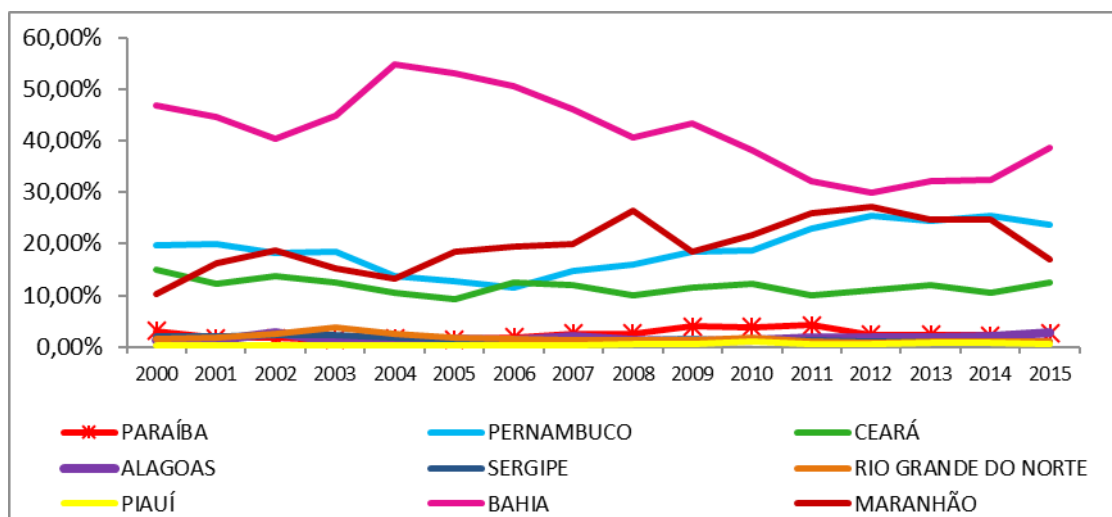


Figura 3- Participação dos estados nordestinos nas importações da região

Fonte: MDIC (2017). Nota: Elaborado pelos autores.

O principal produto importado da Bahia foram naftas para petroquímica, que correspondeu a 16,05% da pauta importadora baiana em 2015 e foi o terceiro produto mais importado pela região nordeste com participação de 6,30% em 2015. Já, para o Maranhão, o principal produto da pauta importadora foi o óleo diesel, que corresponde a 39,24% da pauta. E foi o principal produto importado pela região Nordeste em 2015 com participação correspondente a 10,92%. O Piauí apresentou como principal produto importado no ano de 2015 outros cloretos de potássio, cuja participação foi cerca de 28,32% em 2015. Ressalta-se que esse foi o nono principal produto importado da Região Nordeste apresentando uma participação de 1,36% no mesmo ano.

No estado do Alagoas 14,46% da pauta de importação é representada por outras embarcações incluindo barco salva-vidas e 7,11% corresponde a óleos brutos de petróleo no ano de 2015. Sendo estes produtos de baixa representatividade e participação na pauta de importação do Nordeste. A pauta de importação de Sergipe apresenta no ranking dos principais produtos: dióxido de ortofosfato, trigos e misturas de trigo e coque de petróleo não calcinado, com participações equivalentes a 22,06%, 18,88% e 12,27% para o ano de 2015.

Os principais produtos importados por Pernambuco foram óleo diesel, outros propanos liquefeitos e outras gasolinas, exceto para aviação, com participações 11,10%, 7,68%, 3,78% respectivamente. Para o Rio Grande do Norte, a pauta de importação abrangeu os produtos outros grupos eletrog. de energia eólica, trigos e misturas e castanha de caju, com participações de 48,29%, 28,12% e 6,79%, respectivamente.

O Ceará apresenta em sua pauta de importação 52,34% de gás natural, o segundo produto mais importado pelo Nordeste com participação de 9,18% em 2015 e a Paraíba se mostrou importador potencial de calçados para esporte com participação 13,99% das importações do estado para o ano de 2015.

Em termos gerais do lado da pauta importadora nordestina, observa-se que há uma demanda interna pelos produtos derivados do petróleo e da matriz energética.

4.3. Participação do Nordeste nas relações comerciais do Brasil

Em termos gerais, a participação do Nordeste nas exportações nacionais foi de 7,30% e 7,67% em 2000 e 2015, respectivamente, mostrando uma certa estabilidade. Já, as importações da Região apresentaram um certo crescimento saindo de 8,55% em 2000 para 12,50% em 2015, ocupando no ranking nacional o terceiro lugar tanto nas exportações quanto nas importações brasileiras. Nas figuras 4 e 5 temos o desempenho das exportações e importações, por regiões do Brasil entre os anos de 2000 a 2015.

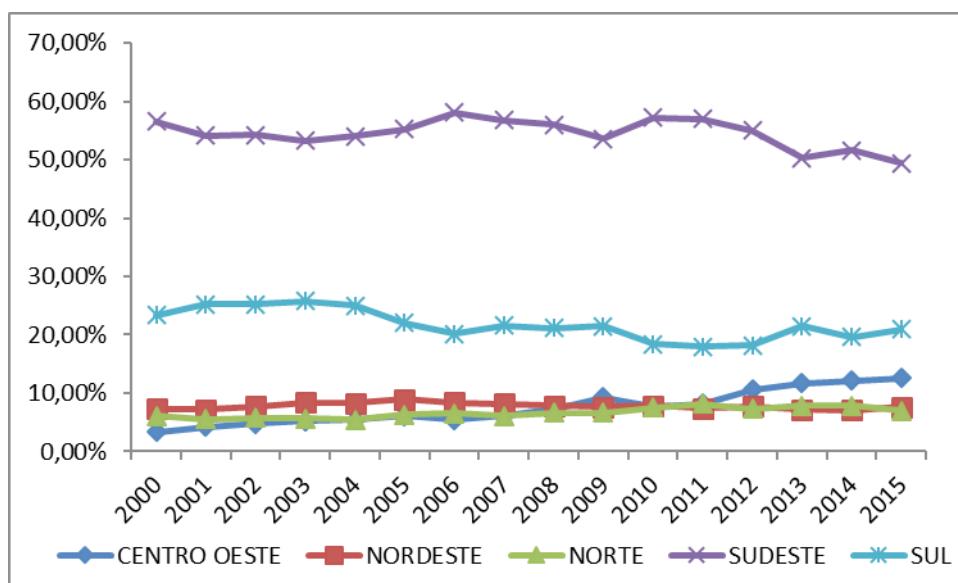


Figura 4- Participação dos estados nordestinos nas exportações do Brasil

Fonte: MDIC (2017). Nota: Elaborado pelos autores.

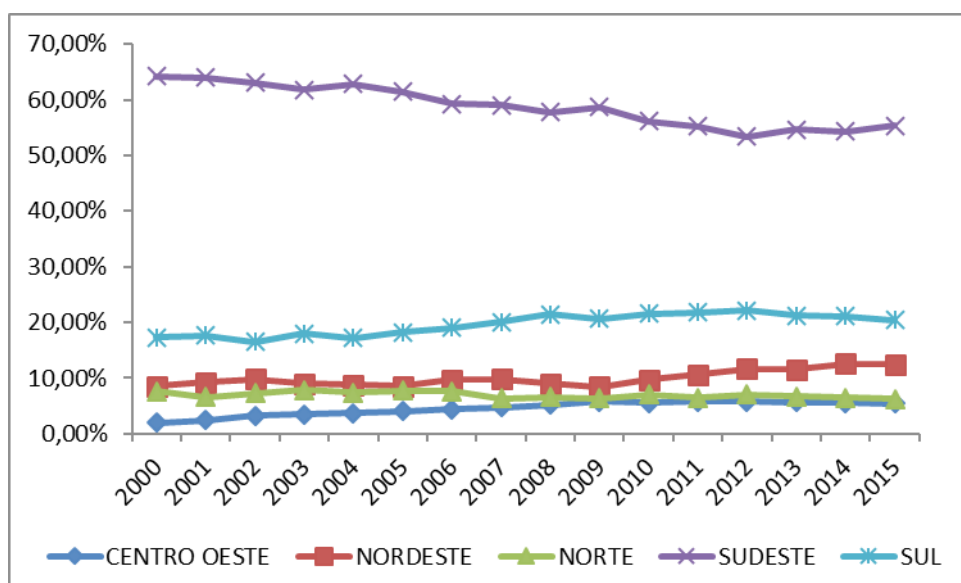


Figura 5- Participação dos estados nordestinos nas importações do Brasil

Fonte: MDIC (2017). Nota: Elaborado pelos autores.

Ao compararmos com as demais regiões do país, temos o Sudeste que ocupa o primeiro lugar nas relações comerciais com o exterior do Brasil e em média apresenta mais da metade das exportações (54,53%) e das importações (58,80%), porém dentro do período analisado cresceu a taxas menores que o Nordeste, de respectivamente, 203,14 e 164,22%. Além do Sudeste a região Sul também possui um ótimo desempenho nas relações de comércio internacional brasileira apresentando um crescimento médio anual de 8,96 e 11,95% e participação de 21,73% nas exportações e 19,64% das importações do Brasil.

As demais regiões: Centro Oeste e Norte apresentam participação semelhante ao Nordeste, porém um fato que cabe destaque é a taxa de crescimento do Centro Oeste nos anos de 2000 a 2015, essas taxas foram de 1207,71 e 721,18%, sendo a região que mais cresceu no país dentro do período e seu ótimo desempenho proporcionou um saldo comercial positivo ao longo dos dezesseis anos, assegurando uma balança comercial superavitária. Já a região Norte apresenta saldo comercial positivo a partir de 2003 e cresceu a taxas de 297,51 e 148,36%, ocupando a última posição nas exportações brasileiras e a penúltima nas importações.

5 | CONCLUSÕES

As transações comerciais da Região Nordeste com o resto do mundo mostraram um crescimento contínuo a partir de 2000, tanto em termos das exportações quanto em termos das importações. Comparando 2000 e 2015, as exportações totais da região apresentaram um crescimento elevado, saindo de US\$4,03 bilhões e chegando a US\$14,7 bilhões, respectivamente. Também, as importações totais da região mostraram um crescimento bastante acentuado, passando de US\$ 4,8 bilhões em 2000 para US\$ 21,4 bilhões em 2015.

Com o objetivo principal de investigar a relação comercial da Região Nordeste no comércio internacional entre os anos 2000 e 2015, se verificou que a Região Nordeste do Brasil vem se destacando no cenário nacional nos últimos anos devido ao avanço econômico acelerado bem acima da média do país. E em termos gerais, a participação do Nordeste nas exportações nacionais foi de 7,30% e 7,67% em 2000 e 2015, respectivamente, mostrando uma certa estabilidade. Já, as importações da Região apresentaram um certo crescimento saindo de 8,55% em 2000 para 12,50% em 2015, ocupando no ranking nacional o terceiro lugar tanto nas exportações quanto nas importações brasileiras.

No tocante a contribuição dos nove Estados da Região, a Bahia é o principal produtor interno e é o estado que mais exportou na Região em todo o período analisado, seguido por Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Sergipe. Relativo às importações a Bahia também ocupa o primeiro lugar, com participação de 38,67% para o ano de 2015. Cabe destaque ainda o Estado

do Piauí que mesmo ocupando as últimas posições de exportação e importação no ranking regional é um grande exportador de soja dentro da Região, cerca de 71,43% da pauta de exportação piauiense e composta por esse produto, que em 2015 foi considerado o principal produto exportado da região Nordeste, tendo participação de 13,57%. Em termos gerais do lado da pauta importadora nordestina, observa-se que há uma demanda interna pelos produtos derivados do petróleo e da matriz energética.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinado. **Economia Internacional: Teoria e experiência brasileira**. 6ªEd. Rio de Janeiro- Editora Elsevier, 2004.

BRUM, A. L.; ZÍLIO, J. A.; DORR, A. C.; LUCCA, E. J. **Barreiras sanitárias e fitossanitárias: algumas considerações sobre as exportações brasileiras de carne bovina**. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). 51º Congresso. Belém- PA. 2013.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de.; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. 4ªEd. Editora Saraiva, 2007.

CORONEL, Daniel Arruda; BENDER FILHO, Reisoli; LOPES, Mygre; SILVA, Rodrigo Abbade de. **Competitividade das Exportações Nordestinas de frutas para a União Européia (1999-2003)**. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). 52º Congresso. Goiânia-GO. 2014

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>> Disponível 22 de Jan. de 2017.

MDIC- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Acesso em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>> Disponível 03 de Jan. de 2017.

NOGUEIRA, Gustavo Maurício Filgueiras et al. In: **Diagnóstico socioeconômico do Estado da Paraíba: Unidade e Diversidade Territorial**. ed. João Pessoa. SEPLAG, 2012.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro- Editora LCT, 2007.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Introdução à análise econômica**. 1947. 8ªEd. Rio de Janeiro- Editora Agir, 1975.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 1776. São Paulo- Editora Nova Cultura, 1996.

SOUSA, Gerlânia Maria da Rocha; MEDEIROS JÚNIOR, Adonias Vidal de; MARINHO, Luiza Maria; RODRIGUES, Fábio Lúcio; DUARTE, Meire Eugênia. **Vantagens comparativas produtivas e competitividade dos estados da região Nordeste**. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). 53º Congresso. João Pessoa-PB. 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-32-1

